Proposições Prioritárias do MEC

Nº	PROPOSIÇÃO	EMENTA	TRAMITAÇÃO		ENCAMINHAMENTO DO MEC
			ATUAL	POSTERIOR	
PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO FAVORÁVEL					
1	PLDO PLN 1/15	<p>Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências.</p> <p>AUTOR: Poder Executivo</p>	<p>Em 15/04/2015 – Congresso Nacional</p> <p>Apresentação do Projeto de Lei (CN) de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) n. 1/2015, pela Presidência da República, que: "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências".</p> <p>06/05/2015 - Designado Relator o Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)</p> <p>28/05/2015 - Realizada, em 27.05.2015, Primeira Reunião de Audiência Pública (1ª RAP), com a presença do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, para prestar esclarecimentos acerca do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016.</p> <p>1º/06/2015 - Apresentação do Relatório Preliminar n. 1/2015, pelo Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE), que: "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências".</p> <p>18/06/2015 - Apresentação do Relatório Preliminar Apresentado com Emendas n. 1/2014, pelo Deputado Ricardo Teobaldo, que: "'dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências'".</p>	<p>A matéria será analisada pela CMO e posteriormente pelo Plenário do Congresso Nacional até 16 de julho de 2015.</p>	

			VOTO: pela aprovação na forma ora apresentada. Quanto às 16 (dezesesseis) emendas apresentadas, ofereceu voto pela APROVAÇÃO PARCIAL das de nºs 11 e 16, e, REJEIÇÃO das demais.		
2	PL 4.372/2012	<p>*INSAES</p> <p>Cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior - INSAES, e dá outras providências.</p> <p>AUTOR: Poder Executivo</p>	<p>Câmara dos Deputados – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania</p> <p>Comissão de Finanças e Tributação</p> <p>Em 07/05/14 – Aprovado o Parecer com Complementação de Voto contra os votos dos Deputados Rodrigo Maia, Alfredo Kaefer e João Dado.</p> <p>Em 08/05/14 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Alessandro Molon (PT-RJ)</p> <p>Em 21/05/14 - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Foram apresentadas 177 emendas. Em 27/05/14 - Retirado de pauta, de ofício. Em 28/05/14 - Devolvido ao Relator.</p> <p>Em 04/06/14 – Plenário - Apresentação do Requerimento de Urgência de líderes.</p> <p>03/03/2015 - Plenário - Aprovado requerimento do Sr. Anthony Garotinho que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 4.372, de 2012, do Executivo, que "cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior - INSAES, e dá outras</p>	A matéria será analisada pelo Plenário da Câmara dos Deputados e posterior envio ao Senado.	

			<p>providências".</p> <p>Alteração do Regime de Tramitação desta proposição em virtude da Aprovação do REQ 7492/2013 => PL 4372/2012.</p> <p>Em 10/03/2015 – CE - Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 4/2015, pelo Deputado Domingos Neto (PROS-CE), que: "Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei n. 4372/2012, que cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior - INSAES. Convidada: Dra. Marta Wendel Abramo (Secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES)".</p> <p>Em 07/04/2015 – CCJC - Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Alessandro Molon (PT-RJ).</p>		
3	PL 6.244/2013	<p>* CRIAÇÃO DE CARGOS PARA O MEC – Âmbito do Programa Mais Médicos</p> <p>Cria cargos de provimento efetivo no âmbito da administração pública federal e dá outras providências. Altera a Lei nº 10.871, de 2004 e a Lei nº 11.907, de 2009.</p> <p>AUTOR: Poder Executivo</p>	<p>Câmara dos Deputados – Comissão de Finanças e Tributação – CFT.</p> <p>Em 10/12/2014 - Aprovado o Parecer Relator Dep. Manoel Junior – PMDB-PB, contra o voto do Deputado Guilherme Campos.</p> <p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania</p> <p>Em 16/12/2014 - Designado Relator, Dep. José Guimarães (PT-CE)</p> <p>10/02/2015 - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.</p> <p>25/03/2015 - Apresentação do Parecer do Relator,</p>	<p>Se não houver recurso para plenário a matéria será encaminhada ao Senado Federal.</p>	

			<p>PRL 1 CCJC, pelo Dep. José Guimarães. Parecer do Relator, Dep. José Guimarães (PT-CE).</p> <p>26/03/2015 - Devolvido ao Relator, Dep. José Guimarães (PT-CE). Apresentação do Parecer do Relator n. 3 CCJC, pelo Deputado José Guimarães (PT-CE).</p> <p>09/04/2015 - Retirado de pauta em virtude da aprovação de Requerimento de Retirada de Pauta apresentado pelo Dep. Rubens Pereira Junior (PCdoB- MA).</p> <p>02/06/2015 - Designada Relatora, Dep. Cristiane Brasil (PTB-RJ)</p> <p>24/06/2015 - Apresentação do Parecer do Relator n. 4 CCJC, pela Deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.</p>		
4	PL 2245/07	<p>Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências.</p> <p>AUTOR: Reginaldo Lopes - PT/MG</p>	<p>Câmara dos Deputados</p> <p>Em 27/03/13, CCJC – Aprovado o parecer.</p> <p>08/05/14 – Plenário Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia, pela Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)</p> <p>04/03/15 – Plenário Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 761/2015, pelo Deputado Daniel Coelho (PSDB-PE), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do PL 2245 DE 2007, que Regulamenta a</p>	<p>A matéria será analisada pelo Plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.</p>	

			<p>profissão de Tecnólogo e dá outras providências". Apresentação do Requerimento de Desarquivamento de Proposições n. 760/2015, pelo Deputado Daniel Coelho (PSDB-PE), que: "Requer o desarquivamento do PL 2245 DE 2007, que Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências".</p> <p>Aguardando Deliberação do Recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</p> <p>26/05/15 - Apresentação do Requerimento n. 1952/2015, pelo Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2245, de 2007, que "Regulamenta a Profissão de Tecnólogo e dá outras providências.""</p>		
5	PL 2177/11	<p>Institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.</p> <p>AUTOR: Bruno Araújo - PSDB/PE</p>	<p>Comissão Especial Relator Dep. Sibá Machado (PT-AC) Em 23/04/14 – Aprovado o parecer com complementação de voto</p> <p>04/06/2014, PLEN - Apresentação de Requerimento de Transformação de Sessão Plenária em Comissão Geral n. 10403/2014, pelo Deputado Sibá Machado (PT-AC), que: "Requer a transformação de sessão plenária da Câmara dos Deputados em Comissão Geral para debater o Projeto de Lei nº 2177 de 2011 e sua importância para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no Brasil".</p> <p>05/03/2015 – Plenário - Aprovado o requerimento do Sr. Bruno Araújo, Líder da Minoria, que requer regime de urgência para apreciação de proposição.</p>	A matéria será analisada pelo Plenário da Câmara dos Deputados	

			<p>Sim: 316; não: 01; abstenção: 01; total: 318. Alteração do Regime de Tramitação desta proposição em virtude da aprovação do REQ 796/2015 => PL 2177/2011. Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.</p> <p>12/03/2015 – Plenário - Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.</p> <p>18/03/2015 – Plenário - Discussão em turno único. Retirado de pauta a requerimento do Dep. Sibá Machado (PT-AC).</p> <p>25/03/2015 - Discussão em turno único. Retirado de pauta a requerimento do Dep. Bruno Araújo (Líder da Minoria).</p> <p>16/04/2015 – Matéria não apreciada em face do encerramento da ordem do Dia.</p> <p>23/04/2015 - Discussão em turno único. Retirado de pauta a requerimento do Dep. Ságuas Moraes (PT-MT).</p> <p>19/05/2015 - Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.</p>		
6	PL 6840/2013	<p>* ENSINO MÉDIO</p> <p>Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional,</p>	<p>Em 19/12/13, Ato da Presidência: Cria Comissão Especial, nos termos do inciso II e do § 1º do art. 34 do Regimento Interno.</p> <p>10/04/14, A Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei.</p>	<p>A matéria será analisada pelo Plenário da Câmara dos Deputados.</p>	

		<p>para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências.</p> <p>AUTOR: Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições para a reformulação do ensino médio Presidente: Deputado Reginaldo Lopes (PT/MG)</p>	<p>Em 10/12/14 – Apresentado e lido o Parecer do Relator Deputado Wilson Filho (PTB-PB)</p> <p>Em 16/12/2014 – Aprovado o parecer do Relator</p> <p>02/02/2015 – MESA - Proposição APENSADA sujeita a arquivamento, nos termos do art. 54 combinado com o § 4º do art. 58 do RICD: PROJETO DE LEI Nº 7058/2014, APENSADO, com parecer pela inconstitucionalidade. Prazo para apresentação de recurso, nos termos do § 2º do art. 58 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 03/02/2015).</p> <p>12/02/2015 – MESA - Encerrado o prazo recursal, não foram apresentados recursos. O PROJETO DE LEI Nº 7058/2014, APENSADO, foi arquivado nos termos do § 4º do artigo 58 combinado com o artigo 54 do RICD (parecer pela inconstitucionalidade).</p> <p>11/03/2015 – MESA - Apense-se a este(a) o(a) PL-7082/2014.</p>		
7	<p>PL 7.420/2006 PL 8.039/2010 (Apensado)</p>	<p>* LEI DE RESPONSABILIDADE EDUCACIONAL</p> <p>Altera a Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985, para disciplinar a ação civil pública de responsabilidade educacional, e dá outras providências.</p> <p>AUTOR: Poder Executivo do PL</p>	<p>Câmara dos Deputados – Comissão Especial</p> <p>Em 12/12/13, apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 PL742006, pelo Dep. Raul Henry.</p> <p>Parecer do Relator, Dep. Raul Henry (PMDB-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 247/2007, do PL 1680/2007, do PL 4886/2009, do PL 413/2011, do PL 2417/2011, do PL 6137/2013, do PL 600/2007, do PL 1256/2007,</p>	<p>Proposição sujeita à apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados.</p>	

		<p>8.039/2010 – apensado Presidente: Waldenor Pereira (PT/BA) Relator: Deputado Raul Henry (PMDB-PE)</p>	<p>do PL 8039/2010, do PL 450/2011, do PL 5647/2013, do PL 8042/2010, do PL 1747/2011, do PL 5907/2013, do PL 1915/2011, do PL 2604/2011, do PL 3066/2011, e do PL 5519/2013, apensados, com substitutivo.</p> <p>Em 31/03/2014 - Coordenação de Comissões Permanentes. À Comissão Especial o Memorando nº 32/14 - COPER solicitando a devolução do PL 5907/13, anteriormente apensado ao de nº 1680/07.</p> <p>Em 06/02/2015 – Coordenação de Comissões Permanentes. Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-62/2015 porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s).</p> <p>Em 05/03/2015 – Plenário. Apresentação do Requerimento n. 826/2015, pelo Deputado Bacelar (PTN-BA), que: "Requer a instalação de Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n.º 7.420, de 2006, que "Dispõe sobre a qualidade da educação básica e a responsabilidade dos gestores públicos na sua promoção"".</p> <p>Em 16/03/2015 – Plenário. Ato da Presidência: Cria Comissão Especial, nos termos do inciso II e do § 1º do art. 34 do Regimento Interno.</p> <p>Em 17/06/2015 – Plenário. Ato da Presidência: Constitui Comissão Especial, nos termos do inciso II do art. 34 do Regimento Interno.</p>		
--	--	--	--	--	--

8	PL 3.776/2008 PLC 321/2009	<p>* ÍNDICE DE REAJUSTE DO PISO</p> <p>Altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.</p> <p>AUTOR: Poder Executivo</p>	<p>Câmara dos Deputados – Mesa Diretora</p> <p>Aguardando deliberação de Recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. No prazo, foi apresentado 1 recurso em 16/12/2011.</p> <p>Em 19/12/13, apresentação do Requerimento n. 9324/2013, pelo Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do Plenário do Projeto de Lei nº 3776/2008".</p> <p>Em 10/06/15, apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 2075/2015, pelo Deputado Professor Victório Galli (PSC-MT), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Plenário do PL 3.776/2008".</p>	<p>Se aprovado o recurso, a matéria será deliberada pelo Plenário e vai à sanção.</p>	
9	PL 7841/14 PLS 399/11	<p>REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS</p> <p>Altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento de diplomas de graduação, mestrado e doutorado expedidos por instituições de ensino superior estrangeiras.</p>	<p>Em 21/10/2014 – Recebimento pela CSSF, com as proposições PL-3845/2012, PL-5620/2013, PL-6102/2013, PL-7281/2014, PL-7723/2010, PL-3052/2011 apensadas.</p> <p>Não foram apresentadas emendas</p> <p>05/11/2014 - Designado Relator, Dep. Zeca Dirceu (PT-PR)</p> <p>Em 26/11/14 - Apresentação do Requerimento n. 617/2014, pelo Deputado Zeca Dirceu (PT-PR), que: "Solicita a realização de Mesa Redonda para debater a revalidação e o reconhecimento de diplomas de graduação, mestrado e doutorado expedidos por instituições de ensino superior estrangeiras".</p>	<p>Caso o parecer seja aprovado, a matéria será analisada pela Comissão de Educação e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).</p>	

AUTOR: Senado Federal -
Roberto Requião - PMDB/PR

Em 16/12/2014 - Apresentação do Parecer do Relator pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 3845/2012, do PL 5620/2013, do PL 6102/2013, do PL 7281/2014, do PL 7723/2010, e do PL 3052/2011, apensados.

09/03/2015 – Comissão de Seguridade Social e Família - Devolvido ao Relator, Dep. Zeca Dirceu (PT-PR)

12/03/2015 - Comissão de Seguridade Social e Família - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 13/03/2015)

25/03/2015 - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

11/06/2015 – PLEN - Apresentação do Requerimento de Apensação n. 2113/2015, pelo Deputado Waldenor Pereira (PT-BA), que: "Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nº 1.981/2011 e o 7.841/2014".

20/05/2015 - Parecer do Relator, Dep. Zeca Dirceu (PT-PR), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 3845/2012, do PL 5620/2013, do PL 6102/2013, do PL 7281/2014, do PL 118/2015, do PL 903/2015, do PL 7723/2010, e do PL 3052/2011, apensados.

Atualizado em 26/06/2015.